ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA
NOVA DE FOZ CôA, REALIZADA A
TRÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL
E DEZANOVE

Aos três dias, do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, nesta cidade de Vila Nova de Foz Côa, na sala de reuniões dos Paços do Concelho, pelas quinze horas, onde se encontravam presentes: Senhor Presidente da Câmara, Engº Gustavo de Sousa Duarte, Fernando Augusto Mimoso Fachada, e Dr.ª Ondina da Conceição de Sousa Parchão, Vereadores, reuniu este Órgão Autárquico.

Tendo-se verificado a existência de quórum, foi declarada aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo os trabalhos prosseguido pela seguinte forma:

Faltas à reunião: Faltaram por motivo de férias tendo-lhes sido justificadas as respetivas faltas, os seguintes membros: Dr. João Paulo Lucas Donas Botto Sousa e o Engº. Jorge Manuel Pais Marçal Liça, Vereadores.

Ordem do Dia:

Ofício n.º 127, datado de 31-07-2019, da Delegação do Côa da Cruz Vermelha Portuguesa, com o registo de entrada n.º 4598, a solicitar apoio financeiro no montante de 3.744,44€ (três mil, setecentos e quarenta e quatro euros e quarenta e quatro cêntimos), referente ao projeto de unidade móvel “Saúde sobre Rodas” do mês de julho de 2019.

A Câmara Municipal deliberou: Por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Engº. Gustavo de Sousa Duarte e do Senhor Vereador Fernando Augusto Mimoso Fachada e um voto contra da Senhora Vereadora, Dr.ª Ondina da Conceição de Sousa Parchão, tendo para o efeito anexado declaração de voto, que faz parte integrante da presente ata, conceder o apoio financeiro solicitado ao abrigo da alínea u) do n° 1 do artigo 33º do anexo I da Lei n° 75/2013 de 12 de setembro, alterado pela Lei n°. 69/2015, de 16 de julho, depois de se verificar a sua regularidade financeira, devendo o seu pagamento ocorrer até ao final do ano em curso.
Ofício sem número, datado de 28-08-2019, do Grupo Desportivo de Vila Nova de Foz Côa, com o registo de entrada n.º 4996, a solicitar apoio financeiro no montante de 5.000,00€ (cinco mil euros), para a época desportiva 2019/2020.

A Câmara Municipal deliberou: Por unanimidade, conceder o apoio financeiro de 5.000,00 € (cinco mil euros), ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, alterado pela Lei n.º. 69/2015, de 16 de julho, depois de se verificar a sua regularidade financeira, devendo o seu pagamento ocorrer até ao final do ano em curso, tendo a Senhora Vereadora, Dr.ª Ondina da Conceição de Sousa Parchão, apresentado um registo de opinião s/n, anexo à presente ata.

Ofício sem número nem data, da Associação Cultural e Recreativa Patrimónios de Peso, com o registo de entrada n.º 5028, a solicitar apoio financeiro no montante de 4.000,00€ (quatro mil euros), para a realização do evento “Sebadelhe metal fest”, a realizar no dia 12 de outubro de 2019.

A Câmara Municipal deliberou: Por unanimidade, conceder o apoio financeiro de 4.000,00 € (quatro mil euros), ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, alterado pela Lei n.º. 69/2015, de 16 de julho, a efetuar de acordo com as disponibilidades orçamentais e os fundos disponíveis existentes, devendo o seu pagamento ocorrer até ao final do ano em curso, tendo a Senhora Vereadora Dr.ª Ondina da Conceição de Sousa Parchão, apresentado o registo de opinião s/n, que faz parte integrante da presente ata.


A Câmara Municipal deliberou: Por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º. Gustavo de Sousa Duarte e do Senhor Vereador, Fernando Augusto Mimoso Fachada e uma abstenção da Senhora Vereadora, Dr.ª Ondina da Conceição de Sousa Parchão, aprovar o Plano de Segurança e Saúde da obra de “Pavimentação do Caminho do Fernandinho em Muxagata”.

[Signature]
**Período destinado à intervenção do público**

Apesar de esta reunião ser pública, não houve lugar ao período destinado às suas intervenções, por inexistência do público.

**Encerramento da reunião:** E não havendo mais nada a tratar, eram quinze horas e vinte minutos, quando o Senhor Presidente da Câmara Municipal, deu por encerrada a reunião, tendo antes sido deliberado por unanimidade aprovar a presente ata a qual depois de lida, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e por mim Laura do Céu Afonso Garcia da Costa, em substituição da Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, que a lavrei.

\[ \text{Assinatura} \]
Declaração de voto (Art. 58, número 1, da Lei 75/2013 de 12 de Setembro) relativo ao ponto da Ordem de Trabalhos que respeita ao ofício número 127, datado de 31-07-2019, da Delegação do Côa da Cruz Vermelha Portuguesa, com registo de entrada n. 4598:

No seguimento de idêntica posição assumida em anteriores Reuniões de Câmara e pretendendo cumprir com o compromisso assumido com população do Concelho no que respeita ao controle do rigor e da transparência nos gastos dos dinheiros públicos, e,

Considerando que:

i) Os signatários comungam da convicção política que os cuidados públicos de saúde devem ser geridos pela administração Central do Estado, devendo os governantes autárquicos limitar a sua ação ao apoio local ou realizar as tarefas complementares em resposta a solicitações desse mesmo Estado Central, sob pena de se confundirem obrigações e deveres e desperdiçarem os escassos recursos dos contribuintes.

ii) O programa “Saúde sobre Rodas” decorre desde há cerca de 9 anos e não se conhecem avaliações credíveis, produzidas por autoridades de saúde competentes, do real impacto desse programa em prol das populações, nomeadamente dos custos associados e dos benefícios daí decorrentes.

iii) As despesas com combustíveis para um mês de atividade não têm justificação visível, tanto mais que se desconhece se existem relatórios de atividade com detalhe mensal onde se evidencie o que foi feito nesse período e que locais foram visitados.

Em face do exposto acima, os signatários, vereadores dos Partido Socialista,

a) votam contra a atribuição da verba solicitada,

b) reafirmam a sua intenção de vigiar as situações que mereçam um rigoroso controle de transparência na gestão dos dinheiros públicos, estando para isso a aguardar que nos sejam facultadas as informações relevantes que permitam uma análise cuidada da colaboração existente com esta entidade.

Vila Nova de Foz Côa, 3 de setembro de 2019
Reunião de Câmara de 3 de Setembro de 2019

Registo de opinião.

- a propósito do ofício sem número, datado de 28 Agosto 2019, do Grupo Desportivo de Vila Nova de Foz Côa e com registo de entrada n. 5028,

- a propósito do ofício sem número, da Associação Cultural e Recreativa Património de Peso, e com registo de entrada n. 5028,

Conforme já declarado noutras ocasiões, os signatários, vereadores do Partido Socialista, consideram que as iniciativas culturais, desportivas e de ação social devem ser apoiadas pela autarquia.

O concelho de Foz Côa tem, reconhecidamente, uma riqueza associativa que importa preservar e incentivar o seu dinamismo e contribuição para as atividades culturais, desportivas e sociais, em benefício da qualidade de vida e da valorização pessoal dos nossos concidadãos.

Para evitar arbitrariedades, mal entendidos e sentimento de frustração dos interessados, é essencial criar um modelo estruturado de relacionamento entre o Município e as colectividades de modo a valorizar as iniciativas e dinamizar a sua justa intervenção, numa perspetiva de desenvolvimento integrado e sustentável do Concelho.

A situação existente, caracterizada pela ausência de regras, não é satisfatória. Os pedidos de apoio surgem de forma avulsa, não planeados, por meras razões circunstanciais de gestão normal dessas colectividades e deve ser evitado. Em nossa opinião é necessário conceber um regulamento que organize e discipline a atribuição de subsídios e apoios pelo município às associações sedeadas no concelho de Foz Côa, que nele tenham delegações/filiais ou cuja atividade tenha, de algum modo, reflexo na área do concelho ou beneficie os respetivos munícipes.

O regulamento deve ter um objecto e uma definição de âmbito de aplicação perfeitamente claros. Deve definir o conceito de associação elegível e o conceito de subsídio, bem como as modalidades de atribuição. Deverá prever programas de apoio anual, de apoio especial e de apoio esporádico, em função da natureza das atividades e das colectividades, bem os critérios de atribuição dos apoios para cada tipo de programa. Deve definir a forma de apresentar
candidaturas, os procedimentos de análise, as modalidades de publicitação e divulgação e os consequentes processos de gestão das reclamações. A criação de protocolos de acordo entre as partes interessadas deve estar prevista. Deve ser claro um sistema de penalizações por incumprimento, bem como os mecanismos de retorno de bens de investimento apoiados, nos casos de dissolução ou extinção das colectividades.

Congratulamo-nos pelo facto de se ter tomado recentemente a decisão de elaborar um regulamento com esses objectivos e estaremos atentos ao desenvolvimento dos trabalhos manifestando desde já o desejo que decorram com a celeridade que os objectivos justificam.

Neste sentido,

a) aprovar a atribuição do apoio solicitado

b) reafirmam a sua disponibilidade para apreciar a evolução dos trabalhos de elaboração do regulamento.

Vila Nova de Foz Côa, 03 de setembro de 2019